

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Especial | volume 7 | edição nº 3 | 2018

*A concepção de excepcionalidade na
consciência social de Estados Unidos e
China como elemento para a reflexão
sobre disputas hegemônicas*

Marcos Cordeiro Pires
Thaís Caroline Lacerda Mattos

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

A CONCEPÇÃO DE EXCEPCIONALIDADE NA CONSCIÊNCIA SOCIAL DE ESTADOS UNIDOS E CHINA COMO ELEMENTO PARA A REFLEXÃO SOBRE DISPUTAS HEGEMÔNICAS

Marcos Cordeiro Pires¹

Thaís Caroline Lacerda Mattos²

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre o contexto de uma eventual disputa hegemônica entre Estados Unidos e China. Entretanto, ao invés de traçar um cenário prospectivo, busca-se levantar elementos históricos da formação de ambas as sociedades com vistas a delinear as bases das atuais estratégias internacionais de cada país. Importante característica comum entre ambas é que tanto os Estados Unidos quanto a China se veem como excepcionais, resultado de virtudes e de condições históricas específicas que moldaram cada sociedade. Tal percepção de excepcionalidade está entre os princípios norteadores da inserção externa de Estados Unidos e China, além justificar e solidificar a construção das bases ideológicas que definem a concepção de hegemonia de cada país. Na perspectiva dos Estados Unidos, prevalece a noção de um “Destino Manifesto” – *Manifest Destiny*, uma visão missionária e religiosa sobre seu papel na ordem mundial. No caso da China, uma civilização milenar autocrática e pacífica, construída sob o princípio imperial de “Tudo sob o Céu” – Tianxia 天下, na qual o imperador chinês exercia o seu mandato celestial por meio da virtude e da benevolência sobre o povo Han e os povos vassalados de todo o mundo. Assim, o objetivo deste artigo é o de analisar a construção da excepcionalidade em ambas as sociedades e relacionar tais características com suas políticas atuais.

Palavras-chave: Estados Unidos. China. Hegemonia. Excepcionalidade. Destino Manifesto. Tudo sob o Céu.

THE CONCEPTION OF EXCEPTIONALITY IN THE SOCIAL CONSCIOUSNESS OF THE UNITED STATES AND CHINA AS AN COMPONENT TO REFLECT ON HEGEMONIC DISPUTES

¹ Professor do Departamento de Ciências Política e Econômicas da UNESP – Campus de Marília. E-mail: marcos.cordeiro@unesp.br

² Mestra e Doutoranda em Ciências Sociais, na Linha de Relações Internacionais e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP – Campus Marília. E-mail: lacerdatc@gmail.com

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the context of a possible hegemonic dispute between the United States and China. However, instead of outlining a prospective scenario, it seeks to raise historical elements of the formation of both societies in order to outline the bases of the current international strategies of each country. An important characteristic that United States and China have in common is that both see themselves as exceptional, as result of their own virtues and the specific historical conditions they have shaped from each society. This perception of exceptionality is among the guiding principles of the US and China's external performance and justifies the ideological foundations that define each country's conception of hegemony. From United States perspective's the notion of "Manifest Destiny" brings with it a missionary and religious vision about its role in the world. In China's case, a self-centered and peaceful ancient civilization, built under the imperial principle of "All Under Heaven" - Tianxia 天下, in which the Chinese Emperor exercised his heavenly mandate through virtue and benevolence over the Han people and the vassal peoples of the whole world. Thus, the objective of this article is to analyze the perception of exceptionality in both societies and to relate such characteristics to their current policies.

Keywords: United States. China. Hegemony. Exceptionality. Manifest Destiny. All Under Heaven.

I. INTRODUÇÃO

Uma disputa hegemônica ou uma sucessão de hegemônias não é um fenômeno fortuito. Assim como outros processos históricos, por mais que haja um gatilho para desencadear os eventos disruptivos, eles decorrem da relação dialética existente na economia e na sociedade mundial, levando ao amadurecimento das forças emergentes e à decadência das forças do *status quo*. Historicamente falando, o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando foi o evento que desencadeou a I Guerra Mundial, mas as principais potências europeias já estavam se preparando há anos para os eventos que se sucederam a julho de 1914. Ao refletirmos acerca dos movimentos de transição entre uma e outra hegemonia no sistema mundial, o chamado “interregno hegemônico”, é preciso considerar a realidade social como um processo em que as forças sociais, no caso os Estados Nacionais, estão em constante adaptação às modificações conjunturais e estruturais. Neste sentido é importante considerar a opinião de José Luís Fiori:

[...] toda situação hegemônica é transitória e, mais do que isso, é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* acaba se desfazendo das regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus ‘liderados’. [...] o que estabiliza – sempre de forma transitória – a ordem hierárquica do sistema mundial não é a existência de um líder ou *hegemon*, é a existência de um conflito central e latente e de uma guerra potencial entre as grandes potências. Basta ler a história do ‘sistema mundial moderno’ para ver-se que sempre existiu um conflito central, uma guerra em potencial, que atuou como eixo ordenador de todo sistema. (FIORI, 2007, p. 31).

Em muitos aspectos, a caracterização de Fiori sobre um momento de crise hegemônica é útil para refletirmos sobre as transformações ocorridas na conjuntura internacional desde o começo da década de 2000, após a realização dos atentados de setembro de 2001. A partir de então, os Estados Unidos vêm confrontando os princípios normativos da ordem que edificaram e iniciaram dois conflitos para atender exclusivamente aos seus interesses políticos e econômicos, no caso as guerras do Afeganistão e do Iraque, esta última feita sem o aval do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Posteriormente, patrocinaram intervenções na Líbia, na Síria e no Iêmen, desta vez com apoio de seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Tal postura assertiva e isolacionista se intensificou depois de janeiro de 2017 quando o governo dos Estados Unidos começou a se contrapor às regras da Organização Mundial de Comércio (OMC), abandonou as negociações como a Parceria Trans-Pacífica (TPP, em inglês) e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP, em inglês) e, mais recentemente, adotou políticas protecionistas contra a China, União Europeia, Canadá e

México, entre outros. Do ponto de vista político, os EUA se retiraram do Conselho de Direitos Humanos da ONU e se afastaram do Acordo de Paris, no marco da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

O novo isolacionismo estadunidense ocorre num momento em que as bases de sua hegemonia vêm sendo solapadas pelas novas configurações do capitalismo e a consequente ascensão de novos competidores, principalmente a República Popular da China (RPC). Este país, após apresentar um impressionante crescimento econômico que o tornou a maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra, vem assumindo um crescente protagonismo internacional, seja por organizar uma estratégia regional de desenvolvimento econômico, como a Iniciativa do “Cinturão e Rota”, seja pelo papel de “defensor das regras do jogo” ao se posicionar em favor da multipolaridade, da defesa da globalização e das normas da OMC, tal como o fez o presidente chinês Xi Jinping ao discursar no Fórum Econômico Mundial em Davos, em janeiro de 2017 (WEF, 2017).

Tais elementos dão a dimensão da crise do atual sistema internacional marcado pelo seguinte paradoxo: o país que criou e sustentou a ordem econômica liberal desde o final da II Guerra Mundial está quebrando as bases de sua hegemonia ao colocar em primeiro lugar seus interesses imediatos e particularistas sob o slogan de “America First” (América em primeiro lugar); o país criado e dirigido pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), que muitas vezes se colocou à margem ou contra o sistema, está sendo o fiador das regras da globalização, dos princípios das instituições multilaterais e na defesa de uma “Comunidade de Destino Comum para a Humanidade”.

Tal contradição motiva a reflexão feita neste artigo, na medida em que se aventa a possibilidade de uma disputa hegemônica entre Estados Unidos e China. Tradicionalmente, muitos dos conflitos ocorridos entre uma potência estabelecida e uma potência emergente decorrem do reequilíbrio de capacidade econômica, militar, e ainda da capacidade de influência sobre outras nações³. Esta temática é bastante analisada nos campos da Ciência Política e das Relações Internacionais. Isso decorre do fato de que dentro do processo econômico e político, as nações se encontram em um processo de competição por poder e supremacia.

Entretanto, a contribuição ao debate que buscamos fazer neste artigo não tem por objetivo traçar um cenário prospectivo sobre o desenrolar dessa relação. De fato, buscaremos refletir

³ No contexto de possível substituição do agente hegemônico, Raymond Williams considera que, “exceto nas versões extremas de determinismo econômico, nas quais um sistema ou uma estrutura econômica nasce e cai por suas próprias leis, a luta por hegemonia é vista como um fator necessário ou decisivo em qualquer tipo de mudança radical [...]”. (WILLIAMS, R., 2003, p. 160, tradução nossa).

sobre as bases históricas e ideológicas em que se assentam os fundamentos das sociedades estadunidense e chinesa e sobre suas percepções sobre o lugar que ocupam no mundo. Isto é relevante para situar o debate sobre disputas hegemônicas num contexto mais abrangente, pois, a partir daí, pode-se projetar comportamentos futuros para a construção de cenários prospectivos sobre a complexa relação entre Estados Unidos e China. O peso das forças do passado é uma entre muitas variáveis quando se pensa projetar o futuro. Por conta disso, não se pode observar o passado para daí fazer extrapolações ou vaticinar o comportamento futuro das nações em disputa, tal como o pressupõe o conceito de “Armadilha de Tucídides” (ALLISON, 2015). Este, antes de ser um prognóstico, é o resultado de uma constatação do que ocorreu no chamado mundo ocidental desde a era das Grandes Navegações, em que as disputas hegemônicas desembocaram em guerras. Extrapolando esta constatação para os dias de hoje é bastante arriscado, já que qualquer conflito militar entre grandes potências é pautado pela existência de armas nucleares e pela possibilidade de extinção da espécie humana. Logo, a ocorrência de um conflito desse nível pode ser considerada como um *black swan* dos cenários, ou seja, algo improvável e imprevisível, mas de grande impacto no curso dos acontecimentos futuros, logo, de pequeno valor para o trabalho de prospecção.

Por sua vez, o estudo da História pode ser útil ao estudo das Relações Internacionais sob dois aspectos. Em primeiro lugar, pode ajudar a compreender os padrões comportamentais de determinado Estado ou civilização ao longo do tempo. No segundo caso, padrões de interação de determinado estado com seus pares ao longo da História. Assim, a análise histórica torna-se um guia para a compreensão do contexto em que emergem os conflitos e as disputas hegemônicas. Em nosso caso, a análise realizada busca compreender os padrões de formação das sociedades de China e Estados Unidos no que tange a uma questão fundacional: ambos os países se veem no mundo como excepcionais, resultado de virtudes e de condições históricas específicas que moldaram a construção de cada sociedade.

A percepção de excepcionalidade está entre os princípios norteadores da inserção externa de Estados Unidos e China, além justificar e solidificar a construção das bases ideológicas que definem a concepção de hegemonia de cada país. De fato, podemos identificar que na constituição da consciência social de ambos os países há uma noção de excepcionalidade acerca de sua história e de sua formação. Na perspectiva dos Estados Unidos, prevalece a noção de um “Destino Manifesto” – *Manifest Destiny*, uma visão missionária de cunho religioso sobre seu papel na ordem mundial. No caso da China, uma civilização milenar autocrática e pacífica, construída sob o princípio imperial de “Tudo sob o Céu” – *Tiānxià* 天下, na qual o imperador chinês exercia o seu mandato celestial por meio da virtude e da benevolência sobre o povo Han

e os povos vassallos de todo o mundo. Nesse sentido, não caberia à China reproduzir o modo de vida de outros povos e, tampouco, fazer proselitismo de sua cosmovisão.

Antes de avançarmos na descrição, é preciso discutir o conceito de “excepcionalidade” tratado aqui. A língua portuguesa possui três acepções para essa palavra. A primeira, como sinônimo de algo singular, raro ou original. A segunda, como extravagante, esquisito ou bizarro. Na terceira acepção, como algo deficiente, incapaz ou insuficiente. Apesar de se poder utilizar as três acepções da palavra para descrever um ou outro aspecto da excepcionalidade de China e Estados Unidos, utilizaremos neste trabalho a primeira definição com vistas a ressaltar aspectos singulares, raros e originais nas experiências históricas de ambos os países para a compreensão de suas estratégias internacionais, notadamente quando se pensa em disputas hegemônicas. Vale lembrar que foi sob esta perspectiva que Alexis de Tocqueville descreveu a sociedade dos Estados Unidos para os seus leitores europeus em “Democracia na América”, de 1835.

Para atingir estes objetivos, este artigo está organizado em duas seções, além desta introdução e de breves considerações finais. Na seção seguinte, discutiremos aspectos da excepcionalidade dos Estados Unidos, buscando identificar o papel exercido pela doutrina do “Destino Manifesto” e daí inferir as características relevantes para o seu comportamento internacional e de sua política externa de perfil imperial. Na segunda seção, buscaremos compreender a excepcionalidade chinesa não como a de um Estado nacional, mas como um “Estado Civilização”, a mais longa experiência política da História, e como a concepção de “Tudo sob o Céu” moldou a autopercepção pacífica da China em sua ação internacional.

II. O Excepcionalismo dos Estados Unidos

Em perspectiva histórica, a supremacia política e econômica alcançada pelos Estados Unidos é herdeira do projeto de expansão conhecido como “Destino Manifesto”, uma crença difundida no século XIX que dizia que os colonizadores americanos deveriam se expandir por toda América do Norte como um mandato de um povo eleito por Deus para civilizar o seu continente. Este pressuposto messiânico, que procura justificar a excepcionalidade estadunidense, conformou-se como uma ideologia-guia para o seu projeto imperialista.

Antes de se configurar como uma doutrina estratégica, o sentimento de excepcionalidade dos Estados Unidos contribuiu de forma significativa para a condição do país como um *hegemon*, pois além de ser “incorporado institucionalmente”, também funcionou como um “conceito de antecipação e movimento” (STEPHANSON, 1995, p. xiv, tradução nossa).

Conforme assinalou Thomas McCormick (1995, p. 7, tradução nossa), a “hegemonia não acontece simplesmente, indivíduos e grupos de pessoas a fazem acontecer”. Com isso em mente, devemos observar que a supremacia econômica, como “base indispensável da hegemonia para todas as outras formas de poder” que a engloba, garante sua permanência temporal maior se considerarmos que toda hegemonia mundial será um dia eclipsada (MCCORMICK, 1995, p. 5).

Em outros períodos históricos, é importante notar, diferentes estados-nações ou impérios também invocavam para si um caráter superior ou universal, utilizando-se no geral, de uma fonte religiosa que o confirmasse. De acordo com Eric Hobsbawm (2011, p. 346), “durante grande parte da História e na maior parte do mundo (sendo a China talvez a principal exceção), os termos em que todos os homens, exceto um punhado de pessoas emancipadas e instruídas, pensavam o mundo eram os termos da religião tradicional”.

No caso dos Estados Unidos, esse sentimento tem sua origem na Inglaterra onde se constituiu uma crença religiosa excepcional pelo grupo dos separatistas que iniciou a migração para a “Nova Inglaterra” num período de “forte providencialismo” – entre 1620 e 1660 – que os diferenciava das “formas satânicas do papismo” que, em sua concepção, ainda impregnadas [o Anglicanismo] a religião oficial daquele país (STEPHANSON, 1995, p. 4, tradução nossa).

A primeira vez em que o caráter excepcional dos Estados Unidos foi ressaltado ocorreu em 1630, na colônia de Massachusetts, quando o então governador e pregador John Winthrop proferiu o sermão “*A Model of Christian Charity*”, que traçou um paralelo entre a situação dos novos colonos e com o antigo povo eleito do Velho Testamento. O trecho a seguir exprime este sentimento que ao longo dos séculos é utilizado como instrumento político para reafirmar a “missão” e a “excepcionalidade” dos Estados Unidos:

[...] Descobriremos que o Deus de Israel está entre nós, quando dez de nós conseguirmos resistir a mil dos nossos inimigos; quando Ele nos constituir em louvor e glória os homens dirão das plantações seguintes, ‘que o Senhor faça como a Nova Inglaterra’. Pois devemos considerar que seremos como uma Cidade Sobre a Colina. Os olhos de todas as pessoas estão sobre nós. De modo que, se tratarmos falsamente com nosso Deus nesta obra que empreendemos, e assim fizer com que Ele retire Sua ajuda atual de nós, seremos como uma história e uma palavra através do mundo. Vamos abrir a boca dos inimigos para falar mal dos caminhos de Deus [...]. Envergonharemos os rostos de muitos servos dignos de Deus, e faremos com que suas orações sejam transformadas em maldições sobre nós, até que sejamos consumidos na boa terra para onde vamos. (WINTHROP, 1630, n.p., tradução nossa).

Isso reforçou a percepção dos colonos da Nova Inglaterra, estes em grande parte de origem puritana que se enxergavam como os verdadeiros cristãos, que já se viam como o novo

“povo eleito” de Deus, imbuídos de uma missão de expandir para as novas terras a sua população e as suas convicções religiosas. A Nova Inglaterra se tornaria uma “Nova Canaã”.

Para além da mitificação da “*City upon a hill*” os Estados Unidos seriam o modelo de perfeição a ser observado por todos. É nesse contexto cultural e ideológico que emerge a mencionada doutrina do “Destino Manifesto”, criada por John O’Sullivan em 1845, no momento em que o país incorporava o território do Texas à União.

A criação dos Estados Unidos, em 1776, impulsionou este movimento expansionista, levando as Treze antigas Colônias a ocuparem toda a extensão de terra entre os Montes Apalaches e o Oceano Pacífico, incorporando nesta conquista as terras da Espanha, da França e, principalmente, do México (WILLIAMS, 2007). O movimento do “Grande Despertar” (1730)⁴ – *Great Awakening* – confirmou o esforço em unir o sagrado ao secular com vistas à construção de uma nação rumo ao progresso ordenado. Após a Revolução, essa discursiva secular já se moldava ao embasamento religioso do propósito divino conferindo um sentido à ideia de “América”. De forma gradual, na medida em que o país se expandia para fora do continente americano, o conceito de Destino Manifesto foi ganhando traços seculares que resgatava o sentido de liberdade anglo-saxã (STEPHANSON, 1995, p. xii).

O selo nacional (*Great Seal*) é a própria representação dessa dicotomia, cujas inscrições assim a revelam: *Annuit coeptis* (“Ele aprova nossos empreendimentos”) e *Novus ordo seclorum* (“Nova Ordem dos Séculos”) (STEPHANSON, 1995, p. 5-6). Nessa nova síntese, o ‘Americanismo’⁵ como um modo de vida, tanto de católicos quanto de protestantes, confluuiu para o projeto de expansão territorial sob a bandeira da liberdade e democracia universais, notadamente condizente com o período tendencioso de “enfática secularização” (1789-1848) de que fala Hobsbawm (2011, p. 352).

⁴ [...] “Jonathan Edwards, líder pregador e teólogo do Grande Despertar, foi central nesta reconceituação do sagrado-secular na forma de tempo progressivo. Estendendo a ideia de missão para todo o conjunto colonial anglófono ‘América’, Edwards transformou-o em um lugar de abundância e de cumprimento crescente da promessa milenar. O céu e a terra se tornariam um, mas ao longo do tempo, um ‘período de perfeita paz’ que se seguiria na América e, eventualmente, no mundo como um todo. [...] Edwards [foi] o mais importante no nosso contexto por ter ampliado o quadro bíblico para incluir os avanços da atividade secular, e por ter ampliado a genealogia Puritana para incluir todos os americanos brancos em uma história protonacional, pronta para a sua apropriação pelo país vindouro”. (STEPHANSON, 1995, p. 12-13, tradução nossa).

⁵ O “Americanismo” como uma visão de mundo abriu caminho para novos intentos como as incursões americanas para além de seu domínio continental. Impregnado no ideário comum, contribuiu para legitimar a saída da nação de seu isolacionismo naquele período. Como exemplo desse ideário, citamos o discurso em 1898 do arcebispo católico e entusiasta da “americanização” do catolicismo John Ireland: “Hoje nós proclamamos uma nova ordem das coisas. A América é grande demais para ser isolada do mundo ao seu redor e para além dela. Ela é uma potência mundial a quem nenhum interesse mundial é estranho, cuja voz alcança longe, cujo espírito viaja através dos mares e montanhas para a maioria dos continentes distintos e ilhas. [...] Este é o americanismo, mais que território americano, ou navios americanos, ou soldados americanos. Onde esse ideal maior de vida americano não é realizado de forma suprema, a América não chegou; onde este ideal é supremo, a América reina” (STEPHANSON, 1995, p. 93).

Não obstante, há posicionamentos que evidenciam o caráter mítico da democracia norte-americana já nesse período, marcado por constantes influências seculares, pois é evidente, para alguns estudiosos (SPYKMAN, 2008; HOBSBAWM, 2011; ANDERSON, 2015), que, apesar dos traços religiosos, a ideologia americana estava imbuída de interesses de uma classe média liberal:

Não há dúvida de que a grande massa de cidadãos dos novos Estados Unidos acreditava em alguma forma de religião (principalmente na protestante), mas a Constituição da República foi e continuou sendo agnóstica, apesar de todos os esforços para mudá-la. [...] Ao mesmo tempo este secularismo da revolução demonstra a impressionante hegemonia política da classe média liberal, que impunha suas formas ideológicas particulares a um movimento de massas bem vasto. (HOBSBAWM, 2011, p. 349-350).

De fato, a responsabilidade da Revelação pelo Destino Manifesto sofreu constantes mutações e influências de interesses dessa classe média preocupada em justificar seus intentos nitidamente comerciais. A articulação do sagrado e secular forjou importante arquitetura na construção da nação hegemônica tal qual a conhecemos hoje. Somados a isso, a teoria da “tese da fronteira” – *frontier thesis*, de Frederick Jackson Turner, formulada na década de 1880, acabou por se constituir no paradigma de ação estadunidense a partir da expansão ao Oeste, ou seja, do romper das fronteiras que instituiu, de acordo com a teoria, o desbravamento de espaços “selvagens” e a valorização do pioneiro, caracterizado como o exemplo do indivíduo empreendedor e democrata:

O pioneiro, seja em sua versão primitiva como caçador de peles, seja como o cowboy do século XIX, era um modelo tipicamente americano, gerado pelas condições do país e a ela adaptado. As terras livres seriam uma espécie de ‘válvula de escape’ para as tensões sociais do Leste. Sempre que o ambiente social das grandes cidades do Leste estivesse perto de uma convulsão, os descontentes poderiam migrar para o Oeste. Nessa perspectiva, as terras livres eram fundamentais para a existência das instituições democráticas norte-americanas. (AVILA, 2005, p. 154).

A tese em questão teve uma importância considerável na constituição dos Estados Unidos como um império expansionista, não apenas dentro de seu território, antes apenas delimitado pelas treze colônias situadas na Costa Leste, mas também legitimando sua dominação e influência em nível mundial. Avila (2005) observa que a tese de Turner foi amplamente divulgada e endossada por Woodrow Wilson (que se autodeclarou como “turneriano”), desde os tempos em que era seu colega de universidade, até no momento de sua administração (1912-1920), quando a tese pode ser observada na forma concreta por meio das intervenções externas do país sob seu comando, “buscando novas fronteiras econômicas”, manifestando também “seu

interesse em espalhar os valores democráticos dos Estados Unidos às nações menos favorecidas e liderá-las no mundo moderno” (AVILA, 2005, p. 159). As intervenções Wilsonianas no Haiti (1915), São Domingos (1916), e Cuba (1917), são importantes exemplos das “missões” norte-americanas. (AVILA, 2005, p. 159).

Ainda de acordo com Avila (2005, p. 158-159), não somente na administração de Wilson a tese de Turner obteve seu respaldo. Antes, já nas administrações de William McKinley (1897-1901) e de Theodore Roosevelt (1901-1909), a tese da fronteira, por meio de seus governos, baseou a atuação do país em política externa que ganhava “contornos nitidamente imperialistas, com uma série de intervenções na América Latina e com a formulação da ‘Doutrina das Portas Abertas’, que buscava assegurar os preciosos mercados do Oriente às indústrias estadunidenses”. No momento em que o país consumava o controle do território “costa a costa”, teve início a sua projeção sobre o Pacífico, tomando da Espanha as Filipinas e Guam, e incorporando o arquipélago do Hawai para seus domínios. Na frente Atlântico-Caribenha, além de incorporar o território de Porto Rico, submete a Ilha de Cuba sob seu protetorado. A partir daí, principalmente sob o governo de Theodore Roosevelt, teve início com a diplomacia da “cenoura e do porrete” – *carrot and stick*, que se abateu sobre os demais países da América Latina.

Entrementes, apesar de ser contestada, a *frontier thesis* criou raízes profundas na sociedade norte-americana servindo como respaldo ideológico para a construção dos valores estadunidenses, como a defesa do sistema capitalista, o liberalismo econômico, o sentido missionário democrático da nação, além de reforçar uma inerente capacidade de liderança e de conquistas (de caráter individualista e “natural”) do povo americano.

É importante notar que o “excepcionalismo” do modelo americano foi reforçado pela Constituição de 1787, o que garantiu o experimento americano como uma República democrática que instituía o país como modelo da melhor democracia do mundo, cujo futuro, de acordo com os Federalistas, dependia de seu sucesso.

A consolidação dos Estados Unidos como potência econômica e militar fez com que este país desde cedo compreendesse o papel estratégico que a América Latina teria para seus próprios interesses *vis-à-vis* aos das potências europeias. Daí surge um conceito muito importante na concepção internacional do país relacionado à “contenção” de possíveis competidores. A política de contenção⁶ e seu *hard power* legitimaram a imposição dos

⁶ Grande promotor das políticas de contenção na Guerra Fria, George Kennan as concebeu sob a forma de ações concentradas em espaços geográficos específicos. Não obstante, como “Eufemismo burocrático, a ‘contenção’ era um termo árido demais para galvanizar a opinião pública para o lançamento da Guerra Fria. Mas poderia ser

interesses políticos e econômicos estadunidenses, garantindo seu espaço de influência nos mais diversos territórios, além de barrar os interesses de outras nações dentro de seu espaço estratégico de atuação ou da “zona vital” assim constituída. No início do século XIX, a zona de dominação exclusiva norte-americana estava restrita ao hemisfério ocidental, ou “Novo Mundo” com base nas diretrizes políticas da Doutrina Monroe de 1823 (PECEQUILO, 2012). Neste aspecto, conforme ressaltou Henry Kissinger, tais perspectivas se alinham mais à corrente política de Theodore Roosevelt, que colocava o interesse nacional estadunidense sobre quaisquer outros, inclusive a própria disseminação dos valores éticos e morais da nação americana (KISSINGER, 2007).

Outro elemento a ser incorporado com relação ao excepcionalismo estadunidense foi a lógica imperialista herdada da Inglaterra, que ganhou terreno na formação da ideologia do “Império como modo de vida” – *Empire as a way of life*, que foi traduzida no “sinônimo da realização de Sonhos”, extrapolando a lógica religiosa a níveis mais extremos e confluindo para a supressão de outras culturas e comunidades primitivas – em grande medida sob a influência da tese da fronteira, como observado – além do confisco de territórios no estrangeiro e a expansão de seu governo para todo o globo.

Nesse contexto, expressões como “estender o espaço de liberdade”, “integridade territorial e administrativa” e “salvando o mundo para democracia”, entre outros, respaldaram as “atitudes e práticas imperiais” em sucessivas gerações (WILLIAMS, 2007, p. 4). Ainda de acordo com Williams (2007, p. 5) “Esse processo de reificação – de transformar as realidades de expansão, conquista e intervenção em retórica piedosa sobre a virtude, riqueza e democracia – alcançou seu apogeu durante as décadas após a Segunda Guerra Mundial”. Os elementos constitutivos do repertório ideológico estadunidense e das condições materiais que moveram o país em direção ao *status* de nação hegemônica estão, em suma, concentrados nesta citação de Perry Anderson:

O Império dos EUA que passou a existir depois de 1945 teve uma longa pré-história. Na América do Norte, de forma singular, as coordenadas originárias do império foram coetâneas da nação. Elas se assentavam na combinação de uma economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e um território continental protegido por dois oceanos, produzindo a forma mais pura de capitalismo nascente, no maior Estado-nação de toda a Terra. [...] Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legado subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização

facilmente traduzido pelo que, doravante, seria a peça central da ideologia imperial norte-americana: segurança. Nos anos críticos de 1945-1947, essa palavra se tornou o slogan-chave que liga a atmosfera interna e as operações externas em uma única frente e garante a passagem do New Deal para a Doutrina Truman”. (ANDERSON, 2015, p. 39).

puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra da Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano, caracterizado por uma *complexio oppositorum* [“união de opostos”] de excepcionalismo e universalismo. (ANDERSON, 2015, p. 13).

É importante observar que, apesar de sua força, a retórica excepcional não obteve uma homogeneidade consensual dentro do território dos Estados Unidos. Os argumentos cristãos de Theodore Roosevelt, no início do século XX, com a finalidade de expandir as “missões” comerciais, não obteve maior aceitação se comparado aos anos 1840, quando a retórica tinha maior poder de persuasão (STEPHANSON, 1995). Somente no final do século XIX podia-se observar o crescimento de causas anti-imperialistas e correntes de pensamento que faziam críticas ao Destino Manifesto dentro do país. O teor de algumas dessas críticas pode ser exemplificado na intervenção do então Senador Pettigrew feita em 1898, reproduzida por Anders Stephanson (1995, p. 103-104, tradução nossa), em que compara o Destino Manifesto a um “assassino de homens” que forjou “o forte para roubar os fracos”, estes reduzidos à escravidão, e como importante ferramenta de “tributação” aos povos subjugados.

Uma discursiva retórica, cedo ou tarde, irá revelar-se em sua essência e desvelar a quem ou as quais grupos ela corresponde. Nesse sentido, é sempre importante ter em mente que “para ser eficaz, uma ideologia tem tanto de refletir como de distorcer, ou ocultar, a realidade” (ANDERSON, 2015, p. 43). Apesar da grande força ideológica forjada desde os primórdios da constituição da nação, as atividades intervencionistas dos Estados Unidos no exterior sempre provocaram divisões no público estadunidense, que divergiam entre as formas resultantes de nacionalismo: o intervencionista e o isolacionista. Mesmo sendo Woodrow Wilson um dos artífices da Liga das Nações, o Congresso dos Estados Unidos rejeitou o ingresso do país naquela organização. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, apesar de defender a criação de a Organização Internacional do Comércio (OIC) na Conferência de Bretton Woods, tiveram que recuar por conta do veto do Congresso em submeter a política comercial do país às decisões de organismos internacionais.

A crença nacional que se sustenta até hoje, tanto baseada no excepcionalismo quanto no universalismo de que fala Anderson (2015), definiu dois caminhos opostos na estratégia internacional dos Estados Unidos: de um lado, o afastamento do “mundo profano”, de outro, o cumprimento da missão pelo mundo afora em nome dos ideais democráticos ditos como universais. O “nacionalismo isolacionista, representado pelas pequenas empresas e na pequena

população de agricultores no centro-oeste”, foi derrotado definitivamente no período após a II Guerra Mundial pelo “nacionalismo intervencionista” representado principalmente por Roosevelt e “pelas elites bancárias e corporativas da costa leste”. Logo, é importante ressaltar que “expansionismo incremental dos de baixo” não foi fator determinante do Imperialismo americano (ANDERSON, 2015, p. 29-30).

Frente a essa “tendência para o elitismo”, os cidadãos estadunidenses, ao longo do tempo, foram se afastando cada vez das decisões em questões políticas, econômicas ou sociais como resultado da centralização dessas decisões do poder executivo, abrindo espaços para a eclosão de forças poderosas de um Imperialismo sustentado por essa elitização dos processos decisórios, principalmente em política externa, configurando-se num “presidencialismo imperial” garantido pela “marginalização” pública, o que dificultou tendências contrárias (MCCORMICK, 1995, p. 8, tradução nossa). É claro que são variados os fatores que garantiram essa marginalização e que podem ser pontuados num conjunto de estudos produzidos no campo da sociologia, economia e política. Não obstante, dentro da discussão que se pretendeu nesta seção, é importante lembrar que o consenso frente à hegemonia historicamente construída em solo doméstico também coincidiu com a ampliação das “benesses” materiais alcançadas pelos cidadãos americanos, em determinados momentos, como resultado das ações estadunidenses pelo globo, principalmente nos períodos subsequentes à crise de 1929. É notório que “enquanto os russos perderam 20 milhões de vidas, por exemplo, os Estados Unidos criaram 17 milhões de novos empregos livres de bombas ou balas”, e, de fato, “quando se está indo bem, o Império como um modo de vida é um sucesso estrondoso” (WILLIAMS, 2007, p. 168, tradução nossa). Certamente, se a expansão no exterior significar um melhor padrão de vida interno, maior será o respaldo popular às políticas de cunho imperialistas.

Apesar do aumento do ceticismo quanto às ações imperiais norte-americanas durante a Guerra Fria – principalmente após a derrota no Vietnã, em 1975, o ideário missionário da atuação dos Estados Unidos no exterior foi reforçado durante o governo Reagan com a imagem de que a luta contra a União Soviética era a batalha do “bem” contra o “Império do Mal” (capitalismo *versus* comunismo), entre os valores da liberdade e os do “totalitarismo”, e entre a fé em Deus e o ateísmo. É evidente que os círculos de poder que formulam a estratégia internacional dos Estados Unidos necessitam do apoio doméstico que viabiliza o voto popular para seus intentos. A existência de uma consciência social forjada nos ideais do Destino Manifesto é uma base importante para construir consensos internos que justifiquem as atividades do país no exterior e ainda mais a aceitação de que importantes recursos econômicos e humanos sejam despendidos na manutenção do *status* hegemônico do país.

Ao observarmos os discursos de seus líderes governamentais, desde sua constituição como nação até o presente momento, verificamos o apelo religioso e providencial ao público interno, cujas opiniões têm oscilado de forma contraditória entre a aquiescência e a crítica, somente quando se trata dos meios de como a hegemonia do país é exercida, e não acerca da sua continuidade. Quanto a isto, a opinião pública parece estar galvanizada. Todavia, o país tem enfrentando constantes desafios para responder de forma eficaz aos custos do intervencionismo americano pelo mundo. A fim de ilustrarmos melhor aquela situação contraditória da população norte-americana, é interessante citarmos novamente Williams:

[...] o custo do Império não está devidamente tabulado dentre mortos e mutilados ou dos recursos desperdiçados, mas sim, na perda de nossa vitalidade como cidadãos. Temos cada vez mais deixado de participar no processo de autogoverno. Nós nos tornamos cada vez mais frustrados e fatalistas, e, portanto, preocupados com a gratificação individual. Finalmente, nós negamos qualquer responsabilidade; e, como parte dessa abdicação final de nosso direito de nascença, indignadamente negamos que os Estados Unidos é ou que nunca foi um Império. Mas isso é negar a nossa própria história. Nós transformamos o nosso caminho imperial de vida a partir de uma cultura construída e beneficiada, a partir de uma Lei da Natureza evidentemente abstrata por si mesma, da qual agora temos de reexaminar a luz de seus custos e consequências. (WILLIAMS, 2007, p. 20, tradução nossa).

Atualmente, os Estados Unidos têm vivenciado novos desafios à manutenção de sua hegemonia, principalmente no campo doméstico, em que o bem-estar de grande parte da população está se deteriorando. Além de enfrentar problemas estruturais, como os déficits federais consecutivos, a elite política dos EUA se depara com o surgimento de novas ameaças, como o terrorismo em solo doméstico, o saldo negativo de guerras do Iraque e do Afeganistão, os fundamentalismos raciais, políticos e religiosos com a emergência de novos grupos étnicos que tendem a ameaçar a hegemonia WASP – *White Anglo-Saxon Protestant* (branco, anglo-saxão e protestante), dentre outras adversidades. Nesse sentido, Chalmers Johnson adverte:

[...] Os inocentes do século XXI vão colher inesperados desastres de *blowback*⁷ nas escapadas imperialistas das últimas décadas. Embora a maioria dos americanos possa ignorar amplamente o que foi, e ainda é, feito em seu nome, todos deverão pagar um preço alto – individual e coletivamente – pelos contínuos esforços de sua nação para dominar o cenário global. Antes de os danos de atos triunfalistas insensatos e da **retórica e propaganda triunfalistas** que os acompanham se tornarem irreversíveis, é importante abrir

⁷ Um importante termo para estudiosos da política externa norte-americana que foi elaborado pela CIA. [...] “em sua definição mais rigorosa, *blowback* não significa meras reações a acontecimentos históricos, mas a operações clandestinas realizadas pelo governo dos EUA com o objetivo de derrubar regimes estrangeiros, ou de obter a execução de pessoas que os Estados Unidos querem ver eliminadas por exércitos estrangeiros ‘amigos’, ou de ajudar a lançar operações de terrorismo de Estados contra populações além-mar” (JOHNSON, 2007, p. 9). Ainda de acordo com Johnson (2007), o principal efeito *blowback* ou “efeito bumerangue” sofrido pelos EUA, se deu em solo doméstico com o ataque terrorista em 11 de setembro de 2001, fruto das intervenções do país feitas em território afegão, a partir dos anos 1980, como estratégia de guerra frente à União Soviética.

uma nova discussão sobre nosso papel global durante e depois da Guerra Fria. (JOHNSON, 2007, p. 74-75, grifo nosso).

De fato, o papel hegemônico dos Estados Unidos já não se encontra em uma situação confortável como ocorreu durante a década de 1990. Para além de desafios internos, relacionados com a ruptura de sua coesão social, pela debilidade de seu sistema financeiro ou ainda pela perda de dinamismo em diversos setores industriais, os Estados Unidos estão sendo desafiados pela ascensão de um importante competidor na Ásia: a China. E é sobre este país que discutiremos a seguir.

III. O Excepcionalismo da China

Conforme ressaltamos, muitas nações e povos tendem a se reconhecerem de maneira excepcional, como os Incas, os Egípcios, os Hebreus, etc. Como ressaltamos em relação ao excepcionalismo dos Estados Unidos, a China baseia a percepção sobre si mesma e de seu papel no mundo também de forma excepcional. Um dos componentes dessa percepção é a constante reafirmação do caráter pacífico de sua população, majoritariamente da etnia Han 汉, que ao longo da história mostrou menor proporção à conquista em comparação aos seus vizinhos Manchus ou Mongois. É a partir desse pressuposto histórico, condizente ou não, que a atual liderança chinesa busca convencer a comunidade internacional acerca do caráter pacífico de seu modelo de desenvolvimento, do ganho compartilhado, e não busca da hegemonia e uma atuação internacional clara, dentro das regras da governança global. Ademais, se afasta de um reformismo radical das instituições multilaterais, diferentemente do que fizeram outros países ao longo da História em momentos de grande crescimento econômico, político, e militar. Assim, nesta seção discorreremos acerca de aspectos da excepcionalidade chinesa e os fundamentos históricos de sua política externa.

Ao analisarmos a construção histórica da civilização chinesa, podemos encontrar muitos elementos que continuam influenciando sua sociedade até os dias de hoje. Em primeiro lugar, antes de ser conceituada como um Estado-Nacional, a China é mais bem definida pelo conceito de “Estado-Civilização”. O país é a mais longa experiência política do mundo, construindo uma história que remonta há pelo menos quatro mil anos. O país possui muitas primazias, como a citada longevidade política, a imensidão do território, o tamanho da sua população, e a incalculável contribuição técnica e administrativa para a humanidade, dentre outros aspectos.

A importância de se compreender o peso da carga histórica e do pensamento resultante uma civilização milenar, é algo já ressaltado por vários estudiosos da China, tal como segue:

[...] a China é única. Nenhum outro país pode se arrogar tal continuidade de civilização, ou uma ligação tão íntima com o passado antigo e os princípios clássicos de estratégias e arte de governar. [...] Qualquer tentativa de compreender a diplomacia chinesa no século XX ou o papel mundial da China no século XXI deve começar—mesmo ao preço de uma possível simplificação excessiva—por uma apreciação básica do contexto tradicional. (KISSINGER, 2011, p. 21).

No mesmo sentido destacamos a opinião de Martin Jacques (2009), ao observar que:

A China, pelos padrões de todos os outros países, é um animal muito peculiar. Além do tamanho, possui duas outras características excepcionais, até mesmo únicas. A China não é apenas um estado-nação; é também uma civilização e um continente. [...] Quando os chineses usam o termo ‘China’ eles não estão geralmente se referindo ao país ou nação tanto como a Civilização Chinesa—sua história, as Dinastias, Confúcio, as formas de pensar, as suas relações e costumes, o guanxi (a rede de conexões pessoais), a família, a piedade filial, culto ancestral, os valores e a filosofia distinta. [...] Não há outras pessoas no mundo que estão tão conectadas ao seu passado e para quem o passado—não tanto o passado recente, mas o passado de muito tempo atrás—é tão relevante e significativo. (JACQUES, 2009, p. 196-197, tradução nossa).

Nos discursos de seus líderes políticos, as características essenciais da experiência histórica chinesa são constantemente lembradas. O ex-premiê Wen Jiabao 温家宝, em palestra na Universidade de Harvard, em dezembro de 2013, chamou atenção para essa questão ao ressaltar que apenas a China conseguiu se manter como organização política frente às outras civilizações. Reproduzimos aqui parte de seu discurso:

[...] Como todos sabemos, na história da humanidade, apareceu a civilização mesopotâmica na Ásia Ocidental, a antiga civilização egípcia ao longo do Nilo no norte da África, a antiga civilização greco-romana ao longo da margem norte do Mediterrâneo, a antiga civilização indiana no Vale do Rio Indo no sul da Ásia, e a civilização chinesa originária dos Vales dos rios Amarelo e Yangtzé. Devido ao terremoto, inundação, a peste, ou a fome, ou a invasão alienígena ou turbulência interna, algumas destas civilizações antigas secaram, algumas foram destruídas e outras se tornaram assimiladas às outras civilizações. Apenas a civilização chinesa, graças ao seu forte poder de coesão e de recurso inesgotável, sobreviveu às muitas vicissitudes de forma intacta. A civilização de 5.000 anos de duração é a fonte de orgulho de todos os chineses. [...] Mais de 2.000 anos atrás surgiu na China o confucionismo representado por Confúcio e Mêncio, o Taoísmo representado por Lao Zi e Zhuang Zi, e muitas outras teorias e doutrinas que figuraram com destaque na história do pensamento chinês, todos sendo cobertos pelo famoso termo “Mestres das Cem Escolas”. A partir de Confúcio, com o Dr. Sun Yat-sen, a cultura tradicional chinesa apresenta muitas ideias e qualidades preciosas, que são essencialmente populista e democrática. (WEN, 2003, n.p., tradução nossa).

Em segundo lugar, diferentemente de outras experiências imperiais da Antiguidade, que tinham por motivação a expansão territorial e cultural para um espaço geográfico muito mais abrangente do que suas originais localidades – como ocorreu na expansão persa, durante o helenismo de Alexandre, o Grande, na expansão da civilização romana, ou ainda, na expansão árabe – os chineses, mais especificamente a etnia Han (95% do total), não possuíam um projeto expansionista ou proselitista, fosse este de seu território, de sua cultura, ou de seus valores. De fato, os momentos de expansão do império chinês estão mais relacionados com as dinastias ditas “bárbaras”, do que aquelas dirigidas pelos Han, como a dinastia mongol Yuan 元朝 (1261 – 1368), e a dinastia manchu Qing 清代 (1644 – 1911), cujo território chegou a atingir 13 milhões de km². Cabe assinalar que a unificação territorial do Império se deu durante a Dinastia Qin 秦朝 (221 a.C – 206 a.C.), com o imperador Shihuangdi 始皇帝, a primeira dinastia Han.

Um terceiro aspecto, tal como mencionamos anteriormente, diz respeito à própria cosmogonia da sociedade chinesa, que ressalta o caráter excepcional do país como o centro do mundo e que, durante todo o período imperial (221 a.C – 1911 d.C.), o imperador foi considerado o “Filho do Céu” – Tianzi 天子, e deveria durante seu Mandato Celeste conservar a “Grande Harmonia” mediante obrigações morais e virtuosas sob o princípio de “Tudo sob o céu” (Tianxia 天下), cuja palavra em sua tradução literal significa “Mundo”⁸. As bases da legitimidade do Imperador e a definição implícita do conceito de Tianxia são assim definidas pelo professor Zhao Tingyang:

[...] o conceito de Tudo sob o Céu poderia ser considerado como um suposto ideal de um império perfeito. O termo ‘Tudo sob o Céu’ (Tianxia), encontrado em quase todos os mais antigos textos chineses, significa, em primeiro lugar, a terra ou o mundo todo debaixo do céu. É quase equivalente ao ‘O Universo’ ou ‘O Mundo’ em línguas ocidentais. Seu segundo significado é ‘corações de todos os povos’[...] ou a ‘vontade geral do povo’. O mundo é sempre o lar do povo, ou seja, a terra como nossa, mais do que a terra como ela é. Tudo sob o céu, portanto, consiste tanto a terra como as pessoas. (ZHAO, 2006, p. 30, tradução nossa).

Um quarto aspecto que merece ser destacado diz respeito à importância do confucionismo na estruturação da identidade chinesa, não apenas como um guia de conduta moral para os indivíduos, mas principalmente para a estruturação do Estado chinês. É importante destacar que as obras clássicas de Confúcio eram o objeto de estudo para os candidatos ao serviço público

⁸ Partindo-se da lógica do pensamento milenar chinês, principalmente desde o fim da Antiguidade chinesa, “a principal disposição para os chineses é a do Céu e da Terra: o Céu está em cima e a Terra está embaixo, um é redondo e o outro é quadrado. Porque a Terra, em razão de sua situação, está abaixo do Céu e corresponde a ele, sua ‘propensão’ (*che*) sempre a conduz a ‘conformar-se e obedecer à iniciativa que emana do Céu. [...] Céu e Terra encarnam os princípios antitéticos e complementares que governam todos os eventos” (JULLIEN, 2017, p. 287). É importante lembrar que na China, “Céu” não se observa qualquer cunho religioso, como aquela de influência histórica judaico-greco-romana e cristã, por exemplo.

chinês. Seus ensinamentos viriam a contribuir tanto para a constituição e manutenção de um Estado harmonioso e pacífico, como também para a legitimidade do Mandato Celestial atribuído ao Imperador.

Especificamente com relação ao confucionismo, faz-se necessário refletir de maneira mais atenta sobre os seus fundamentos, ainda mais se considerarmos que esta escola filosófica se expandiu para todo o entorno do mundo chinês. De fato, Confúcio viria a ser o mais importante filósofo que presenciou em vida um período incessante de guerras entre Estados fragmentados antes da unificação em Tudo sob o Céu. Durante o período conhecido como “Primaveras e Outonos” (770 a.C – 476 a.C) e “Estados Combatentes” (475 a.C – 221 a.C), diversas teorias foram elaboradas com o principal intuito de guiar as relações diplomáticas entre os Estados, e que resultaram em duas ideias principais: “tudo sob o céu é uma autoridade” e “autoridade humana é baseada na moralidade” (YAN, 2013, p. 65).

Os textos de Confúcio buscavam incutir nos indivíduos os meios para se atingir a redenção pessoal: o “Caminho” do aprendizado para retificação e a conveniência das hierarquias para objetivar a manutenção da ordem social. Posteriormente, tais valores se constituíram na base da doutrina oficial do Estado chinês durante o governo do imperador Wu 武, da Dinastia Han (156 a.C – 87 a.C), onde o conhecimento das obras de Confúcio servia de referência para o ingresso na Administração Pública, no caso, a função de Mandarim. Apesar do forte apelo taoísta⁹ no final da dinastia Han, o Confucionismo sobreviveu como um “sistema cultural” que reunia em si elementos da própria religião taoísta e do budismo e, mais adiante, durante a dinastia Song 宋朝 (960 d.C – 1279 d.C) “o confucionismo amadureceu como uma doutrina holística” procurando dar respostas aos anseios de uma sociedade que e se encontrava alheia ao modo de vida burocrático, cujo único acesso se dava por meio daqueles exames, como mencionado. Logo, “o confucionismo sobreviveu indiretamente nas instituições políticas e legais da sociedade chinesa e no modelo educacional tradicional” (SINEDINO, 2011, p. XXVI). Para o escritor literário Lin Yutang (1939, p. 57), na perspectiva do modelo educacional chinês, “o Grande Estudo”, manual primário de Confúcio, [...] “assentava como princípio que o alvo desse método era chegar a um ‘caráter claro’ [que] refere-se à lucidez de julgamento desenvolvida e cultivada pelo saber”. Para Lin, o caráter chinês diz respeito à maturidade

⁹ Em linhas gerais, [...] “a força real do Taoísmo provém, todavia, de que ele oferece aos seus adeptos, e principalmente ao povo, um mundo desconhecido que o bom senso confuciano banuiu do seu horizonte. Os Analectos apontam ao fato de que Confúcio raramente falava do sobrenatural e dos espíritos. O Confucionismo não oferecia nem céu, nem inferno, nem nenhuma fórmula relativa à imortalidade da alma. Trazia uma solução aos problemas de natureza humana, mas não tomava em consideração o enigma do universo”. (LIN, 1939, p. 124-125).

chinesa em confiar seus julgamentos na direção da razão, concebendo assim, uma visão mais abrangente das reais necessidades e possibilidades como povo. O caráter do povo chinês, para ele, possui características muito enraizadas como o pacifismo, o contentamento, e a paciência, dentre outros, que conjuntamente o define. Neste sentido, cabe aqui uma importante consideração de Jacques (2009) que contrasta, em grande medida, com as observações de Lin:

O Estado chinês fez um grande esforço, em ambos os períodos Ming e Qing, para inculcar na população um sentimento de partilha de valores e cultura baseada em princípios confucionistas. Aqui estava outro contraste com a Europa, em que tais assuntos não foram considerados como sendo da responsabilidade do Estado e, até o final do século XIX, foram deixados nas mãos da Igreja. O Estado chinês viu a instrução moral, entre ambos, as pessoas comuns e as elites, tanto como desejável em si mesma e também como um meio de exercer o controle social. [...] O Estado imperial estava ciente da importância da boa governança e da necessidade de contenção. Esta noção de boa governança estava intimamente ligada à tradição confuciana, com sua ênfase sobre a responsabilidade moral dos governantes: uma característica contínua de regra imperial, por exemplo, foi um reconhecimento de que era necessário manter os impostos baixos, de forma que os camponeses pudessem prosperar. [Assim], a harmonia seria promovida, a resistência e a rebelião evitadas. (JACQUES, 2009, p. 85).

Outra categoria importante da doutrina confucionista, para além da moralidade no nível individual, é a questão da moralidade nas coisas públicas, particularmente no que tange à busca do equilíbrio e o distanciamento de posicionamentos extremados, o que seria a construção de um conceito muito importante à cultura chinesa: a Harmonia. Trata-se da “Doutrina do Meio” ou da Moderação (Zhong Yong 中庸), que resumidamente segue o caminho da razão ao lidar com os problemas da administração e das condutas individuais. Na obra “Os Analectos”, ‘o Mestre disse: Aqueles que cometeram erros ao usar de moderação são poucos’ (SINEDINO, 2011, p. 133).

Por conta disso, para além de ser uma referência geográfica autocentrada, a palavra China – Zhongguo 中国 ou “País do Meio”, em sua tradução literal – pressupõe a busca do equilíbrio e da racionalidade na direção do Estado por meio de seus governantes (XU, 2006; LIN, 1939). Neste sentido, a “Doutrina do Meio” de Confúcio tem um prisma diversificado:

[...] Em termos de mérito moral, requer uma tolerância pessoal para diferentes ideias e opiniões; em termos de um modo de pensar, significa o oposto de arbitrário e monomaniaco. Em termos de lidar com assuntos seculares, aprecia usar caminhos pacíficos para resolver conflitos e promover harmonia em meio à diversidade. No contexto da cultura política, ‘Zhong yong’ também fornece um princípio para a tomada de decisão política, assim como Confúcio elogia o Imperador Shun na ‘Doutrina do Meio’: Shun ‘tomou conta de seus dois extremos, determinou o Meio, e empregou-o em seu governo do povo’. Em termos de tomada de decisão, ‘Zhong yong’ significa fazer a escolha eclética, equilibrada e também mais aceitável entre as reivindicações extremamente opostas. (XU, 2006, p. 142, tradução nossa).

Como destaca John K. Fairbank e Merle Goldman (2007), estas bases culturais chinesas atuariam como garantia da superioridade da cultura chinesa (Han) e como recusa da violência e da ignorância associadas de outros governos, conhecidos pelos chineses como “bárbaros”, que diversas vezes subjugaram a China. Essa “superioridade” fazia com que estes governantes, após a conquista do Império, se submetessem aos valores da cultura sinocêntrica. Segue a explicação dos autores nesta questão:

Ser governado por indivíduos pertencentes a uma outra cultura impôs um sério problema para a teoria política chinesa. Desde os tempos mais remotos, sob os reis Shang, a cultura (que incluía o sistema de escrita chinesa, o uso de bronzes ritualísticos, a consulta xamanista dos ancestrais, e a observação ritual dos poderes da natureza por parte do governante) era uma parte fundamental da sociedade. O primeiro dogma sinocêntrico era que a superioridade de Zhongguo, o País do Centro, em questões de wen (cultura e civilização) inevitavelmente dominaria a mera violência militar (wu) das tribos da Ásia Interior. Isso seria realizado pelo reconhecimento da superioridade chinesa pelos chefes tribais não-chineses, que se inclinariam diante do Imperador. Este tinha recebido o Mandato Celeste para governar a China, e sua magnificência e compaixão benevolentes atrairiam naturalmente os estrangeiros a esse país, onde seriam também transformados pela civilização. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2007, p. 117).

Esse aspecto é muito interessante quando se nota que, mesmo nos dias atuais, quando a influência ocidental se faz tão presente nas grandes cidades chinesas como Shanghai, Beijing ou Guangzhou, a essência das características culturais chinesas permanecem intactas, e configuravam-se como exemplo na organização social: as redes informais do *guanxi*; a culinária; a medicina e farmacologia tradicional; a harmonia entre as diferentes religiões; a literatura e a arte, e a forma de visualizar e compreender o mundo.

Por fim, a excepcionalidade chinesa, particularmente nos dias atuais, diz respeito às características de seu sistema político e econômico – liderado pelo Partido Comunista da China – que fundem os princípios do marxismo-leninismo aos de uma dinâmica da economia de mercado que se integra ao processo de globalização do capital e dos meios de comunicação. A organização do Estado e do PCCh seguem os princípios do modelo leninista de “centralismo democrático”. Não obstante, a política de modernização econômica iniciada em 1978 levou o país ao rápido processo de desenvolvimento econômico por meio da criação do chamado “socialismo com características chinesas” a qual, inclusive, passou a admitir empresários como membros do PCCh a partir de 2003. De fato, a luta de classes foi abandonada em favor da modernização, tal como extraímos deste trecho do Estatuto do PCCh reformado em outubro de 2017:

A China está atualmente no estágio primário do socialismo e continuará assim por muito tempo. Este é um estágio da história que não pode ser contornado e que vai persistir por mais de um século, uma vez que a China, apesar de progredir rumo à modernização socialista, esteve por muito tempo atrasada econômica e culturalmente. O desenvolvimento do socialismo na China deve começar pelas próprias circunstâncias da China e deve seguir o caminho do socialismo com características chinesas. No estágio atual, a principal contradição na sociedade chinesa é a que existe entre as crescentes necessidades das pessoas por uma vida melhor e desenvolvimento desequilibrado e inadequado. Devido a fatores internos e influências internacionais, uma certa quantidade de luta de classes continuará existindo por muito tempo e, sob certas circunstâncias, pode até se tornar mais pronunciada, porém já não é mais a contradição principal. Ao construir o socialismo na China, as tarefas básicas são liberar e desenvolver ainda mais as forças produtivas e gradualmente alcançar a modernização socialista e, para esse fim, reformar aqueles os elementos e áreas nas quais as relações de produção e a superestrutura são inadequadas para o desenvolvimento das forças produtivas. (CHINA.ORG.CN, 2017, tradução nossa).

O modelo chinês, por ser excepcional em relação aos países capitalistas centrais, é motivo de desconfianças, mesmo quando o país se ajusta às regras¹⁰ da OMC, ou mesmo quando sua moeda é aceita na cesta de moedas que sustentam os Direitos Especiais de Saque do FMI. Como exemplo, destacamos Brunet e Guichard (2012) que sustentam o fato de que a China age com má fé na economia mundial, tanto por ser um país totalitário que massacra sua própria população, como por manipular o seu câmbio, fazendo uma concorrência desleal no mercado internacional, e por organizar uma economia com forte orientação estatal que seria mascarada por uma dita economia de mercado.

Também nesse sentido, para concluirmos esta seção, chamamos atenção às críticas relacionadas a um dos aspectos da excepcionalidade chinesa, notadamente em referência à percepção chinesa de que seu projeto de ascensão reflete uma história não intervencionista e que se abstém de um projeto hegemônico. Yuan-kang Wang (2012) busca refutar o mito dessa lógica chinesa ao utilizar três exemplos dessa suposta mitificação histórica. Contra o primeiro argumento de que “a China não se expandiu quando estava forte”, ele entende que as dinastias

¹⁰ O governo chinês, para alguns dos estudiosos ocidentais, adotou uma política externa mais proativa ou uma nova diplomacia após um período de transição, desde o governo Mao. Outra característica desse fenômeno seria o fato de que o conjunto de ações externas têm se mostrado mais integrado às instituições ocidentais. No entanto, tal afirmação sugere, de acordo com Suzuki; Zhang, e Quirk (2014, p. 5, tradução nossa) que [é evidente] a “crença profundamente eurocêntrica de que as únicas normas verdadeiramente ‘internacionais’ e ‘cosmopolitas’ podem ser compartilhadas e, entre a humanidade, estão apenas aqueles que se originam no Ocidente. Em segundo lugar, o fato de os não europeus dificilmente desempenharem um papel na produção de normas ‘internacionais’ também supõe que os não-europeus são apenas ‘tomadores de normas’. Estes existem apenas como objetos [...] esperando serem ‘socializados’ em normas emanadas do Ocidente [...] reconstruindo assim uma narrativa da moral superioridade ocidental”.

Song (960 d.C — 1279 d.C) e Ming 明朝 (1368 d.C — 1644 d.C) não foram pacifistas como ressalta a visão oficial chinesa:

[...] Os líderes Song e Ming preferiram resolver disputas por meio da força quando sentiram que país estava forte, e, em geral, a China foi expansionista sempre que teve uma preponderância de poder. Como um *hegemon* regional, no início da era Ming, a China lançou oito ataques em larga escala contra os mongóis, anexou o Vietnã como uma província chinesa, e estabeleceu o domínio naval na região. (WANG, 2012, n.p., tradução nossa).

Ao tentar desmistificar o segundo argumento de que “as sete viagens de Zheng He demonstram a natureza pacífica do poder chinês” – apesar de que as suas frotas não realizarem em sua época ataques e anexações, tal como fizeram os europeus a partir do século XV – Wang ressalta que:

[Esta é] uma visão simplista, tendo em vista o poder naval maciço das frotas de 27.000 soldados divididas em 250 navios, que permitiu que os chineses apavorassem os estrangeiros em sua apresentação. A frota chinesa estava envolvida em atividades generalizadas ‘de projeção de poder’, ampliando o sistema de tributos de Confúcio e disciplinando estados indisciplinados. (WANG, 2012, n.p., tradução nossa).

Já no último argumento por ele suscitado de que “a Grande Muralha da China simboliza uma nação preocupada com a defesa”, ele alega que antes da pretensão de a Grande Muralha se tornar um símbolo da preocupação com a defesa do território chinês, frente às invasões dos povos vindos ao norte, seu propósito estava assentado na sensação de insegurança durante a dinastia Ming devido à mudança de seu status. O autor explica que:

[...] O muro que vemos hoje foi construída pela dinastia Ming e foi construída apenas após uma série de ataques frustrados dos chineses contra os mongóis. Não houve construção de muros no início da era Ming na China, porque naquela época o país tinha uma preponderância de poder e não tinha necessidade de defesas adicionais. Neste ponto, os chineses preferiram ficar na ofensiva. Os Ming construíram a Grande Muralha somente *após* a sua potência relativa ter declinado. (WANG, 2012, n.p., tradução nossa).

É importante considerar o local em que se encontram estabelecidos tanto os autores críticos, quanto os entusiastas da ideologia chinesa. Talvez por se tratar de um acadêmico de uma universidade estadunidense, o ponto de vista e a argumentação de Yuan-kang Wang, reforçam uma perspectiva Realista muito sólida no país, a qual supervaloriza o conceito de “poder”. Ele sustenta que as intenções expressas pelo governo chinês devem ser vistas com máxima cautela, e que a estratégia de “Desenvolvimento Pacífico” pode ocultar os interesses hegemônicos da China.

Quando se fala do sentimento de excepcionalidade da China, William Callahan (2008) elabora a seguinte conclusão de forma bastante crítica:

[...] Em vez de nos guiar em direção a um mundo utópico que resolverá os problemas globais, *Tianxia* é um exemplo do funcionamento do poder normativo, no sentido de que ele recentraliza a compreensão chinesa da ordem mundial como uma atividade patriótica da política interna. [...] Beijing diz que a China vai ascender pacificamente como potência responsável dentro do atual sistema internacional e não desafiará as estruturas e normas da ordem mundial. Mas o sucesso do *Sistema Tianxia* mostra que há uma sede dentro da China por ‘soluções chinesas’ aos problemas mundiais, e uma fome de soluções nacionalistas para questões globais, especialmente quando eles promovem uma forma patriótica do cosmopolitismo. Esta é a principal importância do sistema *Tianxia* na formulação das políticas exteriores da China. (CALLAHAN, 2008, p. 759, tradução nossa).

No entanto, partindo de uma metodologia que considera uma análise histórica do comportamento chinês a partir das três guerras, a Guerra da Coreia (1950 –1953); a Guerra Sino-Indiana (1962), e a Guerra Sino-Vietnamita (1979), a professora Huiyun Feng (2007) explica que diversos teóricos e acadêmicos tendem a se posicionar sobre a China partindo de conceitos e teorias de fontes europeias, o que dificulta uma análise mais real do comportamento chinês e, por essa razão, há uma necessidade urgente em demandar “um novo quadro analítico” que descortine o perfil chinês em sua política externa (FENG, 2007, p. 82, tradução nossa). Em suma, partindo de duas hipóteses, nas quais ela também considera os conhecimentos da filosofia chinesa, a “Confuciano acomodacionista” ou a “Revisionista *Parabellum*”, a autora conclui que a “cultura estratégica” da China não é beligerante, e sim, defensiva, e se enquadra na primeira hipótese apresentada. Além disso, de forma geral, o comportamento da China nos períodos das guerras por ela analisadas, mostrou que o país apenas procurou dar respostas às pressões externas e internas (FENG, 2007, p. 2, tradução nossa).

Dentro deste debate proposto pelos críticos que questionam o caráter pacífico do povo chinês e ainda a atual estratégia de desenvolvimento pacífico preconizada pelo governo chinês, acreditamos ser importante trazer à discussão o conceito de hegemonia na perspectiva tradicional chinesa. Num primeiro momento, a palavra em mandarim “hegemonia” – Baquan 霸权, refere-se à política e comportamento, ou seja, a sujeição ou imposição de uma vontade sobre os demais, geralmente por meio do uso da força. Hoje, em sua tradução literal, o ideograma Ba 霸 significa “tirano”, e Guan 权 se traduz como “direito”, porém, na etimologia chinesa, “Ba” (como significado literal de “o mais velho”) apareceu como o título obtido por Zheng Zhuang Gong 鄭莊公 (743 – 701 a.C.) quando este assumiu a liderança entre os Estados de Zhou 周, após a decadência do Rei Huan Wang de Zhou 周桓王 (719 – 697 a.C) como Filho do Céu, dando início ao “sistema Ba” (HSU, 1999, p. 553). Com o reinado posterior de Qi Huan Gong 齊桓公 (685 – 643 a.C.), este sistema foi gradualmente implantado de forma

institucionalizada, e o conceito original de “Ba” modificou tanto o sistema feudal existente (não mais baseado na pirâmide social), quanto o significado do tipo de liderança exercido pelo imperador:

Huang Gong parece ter esclarecido a missão do Ba; não foi de modo algum pretendida ser a hegemonia completa através do poder militar, mas sim restaurar a autoridade do Filho do Céu. Em outras palavras, o Ba deveria servir a função de guardião do sistema feudal de Zhou. (HSU, 1999, p. 555, tradução nossa).

De forma geral, o conceito chinês de hegemonia não se distancia muito do conceito ocidental, principalmente daquele teorizado por Antonio Gramsci, já que a autoridade não deveria ser instituída apenas pela força, mas também pelo exemplo e pela liderança moral. Com o passar do tempo, sob o ponto de vista chinês, o conceito de hegemonia passou a ser carregado de conotações pejorativas, ainda mais para um país que vivenciou os “Cem anos de Humilhações” decorrentes das invasões das potências ocidentais. Na perspectiva do PCCh, quando do começo das reformas no país em 1978, a hegemonia americana era equivalente ao imperialismo, e os Estados Unidos “foram frequentemente retratados como tiranos, um poder maligno impulsionado a expandir-se para todos os cantos do mundo” sob os interesses do capital monopolista (WANG; PAULY, 2013, p. 3, tradução nossa).

Concluindo esta seção, diferentemente dos Estados Unidos, a busca pela hegemonia e a pregação proselitista de seus próprios valores parecem não possuir raiz na história da civilização chinesa. A força de sua cultura foi superior a daqueles povos que conseguiram dominar militarmente o país, como os mongóis e os manchus. Estes, ao invés de imporem seus sistemas de valores acabaram por serem “civilizados” na perspectiva dos chineses Han, principalmente no que tange à sua cosmogonia, seus valores e estrutura administrativa (PIRES; PAULINO, 2017). Ademais, no território chinês foi palco de diversas influências culturais e religiosas, como o budismo, o islamismo ou o cristianismo. Entretanto, as doutrinas morais e religiosas da China, como o confucionismo e o taoísmo, não se espalharam para muito além do contexto cultural da Ásia Oriental, a não ser, é claro, pela forte diáspora chinesa que se espalhou por grande parte do Sudeste asiático.

IV. Considerações Finais

Como discutimos neste artigo, a análise de uma possível concorrência por hegemonia mundial entre Estados Unidos e China deve considerar o peso da História e a forma como cada sociedade se conformou a partir de suas autopercepções.

Do lado estadunidense, o caráter excepcional se baseia, em última instância, na perspectiva messiânica de um povo eleito que é dotado de uma virtude especial e que deve agir em nível internacional como portador de valores universais, como o seu modelo político democrático, a liberdade individual e a defesa dos direitos humanos. Ao se colocarem como a “*city upon the hill*”, os Estados Unidos assumiram o papel de país líder e farol de um paradigma que em sua visão tende a se espalhar por todo o planeta. No processo evolutivo da humanidade, nesta perspectiva, o modelo liberal-democrático seria o último estágio deste processo, tal como definiu Francis Fukuyama ao declarar o “fim da História” após o colapso soviético. Adicionalmente, a autopercepção estadunidense leva a sua sociedade a se considerar excepcional, primaz e única. Desde a sua ascensão como potência hegemônica, os Estados Unidos sempre se consideraram superiores aos outros países e, por conta disso, jamais aceitariam de bom grado dividir o protagonismo ou a se sentar em pé de igualdade numa mesa de negociações com outras potências.

Historicamente, a sociedade chinesa bastou-se a si. O grupo étnico majoritário Han não se aventurou longe de seu espaço geográfico tradicional. No século XV, no momento em que o país reuniu um invejável poderio naval, com as expedições lideradas pelo almirante Zheng He, os governantes chineses refrearam os contatos com o exterior. Até a primeira Guerra do Ópio (1839-42), o comércio internacional era circunscrito ao porto de Cantão. O fato de o país se intitular o “Império do Meio”, seu imperador o governante de “Tudo sob o Céu”, o confucionismo (somado às influências taoístas e budistas) partindo da lógica da não intervenção¹¹, refreou os ímpetus expansionistas.

Sob a liderança de Deng Xiaoping; Jiang Zemin, e Hu Jintao, o país perseguiu a estratégia do “desenvolvimento pacífico”, tanto para garantir a estabilidade necessária para seu crescimento, como também para evitar constrangimentos na ordem internacional. As iniciativas de Xi Jinping, apesar de dar continuidade a essa linha estratégica, buscaram inovar e ampliar o escopo da ação internacional da China. Para tanto, o país tem estruturado diferentes estratégias, sejam elas relacionadas às grandes potências, com vistas a garantir a estabilidade internacional, ou outras relacionadas aos problemas asiáticos, que requerem estratégias econômicas e

¹¹ A partir da observância de que inúmeros conceitos na tradição política, histórica e filosófica são muito diferentes dos conceitos provenientes da herança “Ocidental” nessas áreas do conhecimento, o pressuposto da não intervenção (no sentido amplo) na China diz respeito a uma lógica interna dos processos históricos no qual o sentido da “causa e efeito” não é compartilhada entre os chineses. Nesta “o curso das coisas vem naturalmente ao nosso encontro, e podemos aproveitar a dinâmica inerente do dispositivo em sua intensidade máxima. É loucura querer ‘lutar contra o Céu’, i.e., empreender uma ação quando o curso natural do processo segue em sentido contrário [...] a precipitação não só nos expõe inutilmente ao conflito, como também da ocasião oportuna, quando esta finalmente calha a nós”. (JULLIEN, 2017, p. 255-256).

políticas, e ainda, aquelas relacionadas à garantia de acesso a matérias-primas, energia, alimentos e mercados

Além da configuração do cenário mundial, o país pode enfrentar grandes e conflituosos desafios em relação ao seu *status* de potência regional, assim como todas as outras potências em ascensão na história os enfrentaram. Dessa forma, os desafios que se colocam hoje à China dizem respeito à remodelação econômica, às profundas reformas e mudanças sociais vigorosas e, externamente, às disputas marítimas com seus vizinhos e uma possível disputa hegemônica mundial com os Estados Unidos. Além disso, como uma grande potência regional em ascensão, o país será demandado por maiores responsabilidades e obrigações na esfera internacional, e o seu próprio fortalecimento e desenvolvimento deverão ser mantidos no topo de suas prioridades. Neste sentido, é sempre importante que tenhamos o cuidado de saber diferenciar a retórica das práticas reais de um Estado, principalmente numa análise em que se consideram tanto os movimentos conjunturais, quanto os de longa duração (estruturais) do sistema mundial.

Entretanto, quando pensamos nas ações a nível da humanidade, a experiência é um farol que ilumina o passado. É desejável que esta compreensão ajude a iluminá-lo.

V. Referências

ALLISON, G. *The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?* *The Atlantic*, 24 sep. 2015. Disponível em:

<<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ANDERSON, P. *A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARRIGHI, G.. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

AVILA, A. L. História e Destino: A Frontier Thesis de Frederick Jackson Turner. *Revista Cena Internacional*, Brasília, v. 7, n. 1, p. 151-169, 2005.

BRUNET, A.; GUICHARD, J. P. *O Objetivo Hegemônico da China: O Imperialismo Económico*. Coimbra: Actual Editora, 2012.

- CALLAHAN, W. A. Chinese Visions of World Order: Post-hegemonic or a New Hegemony? *International Studies Review*, n. 10, p. 749-761, 2008. Disponível em: <<http://williamacallahan.com/wp-content/uploads/2010/10/Callahan-TX-ISR-08.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- CHINA.ORG.CN. Full text of Constitution of Communist Party of China. News of The Communist Party of China. 24 OUT. 2017. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/20171105-001.pdf>>. Acesso em: 25 jul.2018.
- FAIRBANK, J. K. ; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- FENG, H. *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, leadership and war*. Abingdon: Routledge, 2007.
- FIORI, J. L. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- HOBBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HSU, C. The Spring and Autumn Period. In: LOEWE, M.; SHAUGHNESSY, E. L. (eds.). *The Cambridge History of Ancient China: From the Origins of Civilization to 221 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 545-586.
- JACQUES, M. *When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order*. New York: The Penguin Press, 2009.
- JOHNSON, Chalmers. *Blowback: os custos e as consequências do império americano*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- JULLIEN, F. *A Propensão das Coisas: por uma história da eficácia na China*. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011
- _____. *Diplomacia*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2007.
- LIN, Y. *Minha Terra e Meu Povo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1939.
- MCCORMICK, T. J. *America's Half-Century. United States Foreign Policy in The Cold War and After*. 2ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.
- PECEQUILO, C. S. *Os Estados Unidos e o século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.
- PIRES, M.C; PAULINO, L.A. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. *La Plata, Relaciones Internacionales* n° 53/2017 – p. 207- 228. ISSN 1515-3371
- SUZUKI, S.; ZHANG, Y.; QUIRK, J. *International Orders in the Early Modern World: before the rise of the West*. New York: Routledge, 2014.

- SINEDINO, G. *Os Analectos/ Confúcio*. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SPYKMAN, N. J. *America's Strategy in World Politics: the United States and the balance of power*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.
- STEPHANSON, A. *Manifest Destiny: American expansionism and the empire of right*. 1ed. New York: Hill and Wang, 1995.
- UNITED STATES SENATE. Constitution of the United States. *United States Senate, 1994*. Disponível em: <http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- WANG, Y. The myth of Chinese exceptionalism. *Foreign Policy*, 06 Mar. 2012. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2012/03/06/the-myth-of-chinese-exceptionalism/?wp_login_redirect=0>. Acesso em: 25 jul.2018.
- WANG, Y.; PAULY, L. Chinese IPE debates on (American) hegemony. *Review of International Political Economy*, Toronto, v. 20, n. 6, p. 1-24, Mar. 2013. Disponível em: <[http://munkschool.utoronto.ca/pauly/selected_publications/Chinese%20IPE%20Debates%20on%20\(American\)%20Hegemony.pdf](http://munkschool.utoronto.ca/pauly/selected_publications/Chinese%20IPE%20Debates%20on%20(American)%20Hegemony.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2014.
- WEF (2017). China's Xi Jinping defends globalization from the Davos stage. 17/01/2017. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2017/01/chinas-xi-jinping-defends-globalization-from-the-davos-stage/>. Acesso em 23/07/2018.
- WEN, J. Turning Your Eyes to China – Speech by Premier Wen Jiabao at Harvard University. 10 dec. 2003. *Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN*. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/ce/ceun/eng/zt/wfm/t56090.htm>>. Acesso em: 25 jul.2018
- WILLIAMS, R. *Palabras Clave*. Un Vocabulário de La Cultura Y La Sociedad. 1ed. 1. Reimp. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003. 336 p.
- WILLIAMS, W. A. *Empire as a way of life*. New York: Ig Publishing, 2007.
- WINTHROP, John. (1630). A Model of Christian Charity. The Winthrop Society. Disponível em: https://www.winthropsociety.com/doc_charity.php. Acesso em 24/07/2018.
- XINHUA. Xi eyes more enabling int'l environment for China's peaceful development, *Xinhuanet*, [online] 30 nov. 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-11/30/c_133822694.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018
- XU, K. Early Confucian Principles: the Potential Theoretic Foundation of Democracy in Modern China. *Asian Philosophy*, n.16, v. 2, p. 135-148, 2006. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09552360600772793?journalCode=casp20#.VxaoMvkrLIU>> Acesso em: 25 jul. 2018.

YAN, X. *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

ZHAO, T. Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’ (Tianxia). *Social Identities*, vol. 12, n. 1, p. 29-41, Jan. 2006. Disponível em <

<https://pdfs.semanticscholar.org/7ab1/3108b384a666cc4df192aac153214c981801.pdf>>.

Acesso em: 25 jul 2018.

Recebido em: Agosto/2018.

Aprovado em: Novembro/2018.